

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO ENSINO INFANTIL

INCLUSIVE EDUCATION AND TEACHER TRAINING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Terezinha de Jesus Dias da Silva¹

Resumo: O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da formação do professor para melhoria da educação inclusiva no ensino infantil. A educação inclusiva apresenta desafios significativos para os professores dos primeiros anos, conforme demonstrado por um estudo exploratório qualitativo que incorporou métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Diante dos dados apresentados, se faz essencial refletir sobre a necessidade de se adequar o ensino regular para com o cenário da inclusão, tendo em vista o longo caminho percorrido por quem lutou em nome da operacionalização desse processo. Dessa maneira, os dados da pesquisa apontaram que ainda existe uma discrepância muito acentuada na questão do ensino com esse público, uma vez que ainda faltam incentivos, principalmente, para os profissionais atuantes nesse contexto, afetando assim a qualidade do ensino ofertado, e além disso, dificultando a tão sonhada inclusão. Dessa maneira, os dados da pesquisa apontaram que ainda existe uma discrepância muito acentuada na questão do ensino com esse público, uma vez que ainda faltam incentivos, principalmente, para os profissionais atuantes nesse contexto, afetando assim a qualidade do ensino ofertado, e além disso, dificultando a tão sonhada inclusão.

Palavras-chaves: Inclusão. Educação. Formação Continuada. Professor.

¹ Magistério- EREM André Cordeiro, Graduação- Pedagogia, Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva, Mestrado em Ciências da Educação

Abstract: The general objective of this study is to analyze the importance of teacher training to improve inclusive education in early childhood education. Inclusive education presents significant challenges for early years teachers, as demonstrated by an exploratory qualitative study that incorporated bibliographic and documentary research methods. Given the data presented, it is essential to reflect on the need to adapt regular education to the inclusion scenario, given the long path taken by those who go through in the name of operationalizing this process. In this way, the research data showed that there is still a very marked discrepancy in the issue of teaching with this public, since there is still a lack of incentives, mainly for professionals working in this context, thus affecting the quality of the teaching offered, and in addition, making the long-awaited inclusion difficult. In this way, the research data showed that there is still a very marked discrepancy in the issue of teaching with this public, since there is still a lack of incentives, mainly for professionals working in this context, thus affecting the quality of the teaching offered, and in addition, making the long-awaited inclusion difficult.

Keywords: Inclusion. Education. Continuing Training. Teacher.

INTRODUÇÃO

O conceito de inclusão está enraizado nos princípios dos Direitos Humanos, enfatizando a importância de reconhecer e abraçar a diversidade, assegurando ao mesmo tempo a igualdade de acesso à participação, apoio, educação e envolvimento social para todos os indivíduos. Isto inclui valorizar as qualidades únicas de cada pessoa, respeitar as diferenças e trabalhar ativamente para a implementação dos seus direitos.

Um dos principais desafios encontrados pelos professores é o sentimento de incerteza quando confrontados com novas circunstâncias, pois impacta diretamente nas suas práticas docentes. Quando os educadores se deparam com situações que fogem de suas rotinas habituais, como ter alunos com

necessidades especiais em suas salas de aula, eles devem ser capazes de ajustar e reestruturar suas aulas para apoiar a aprendizagem dessas crianças. Para facilitar eficazmente a educação inclusiva, os professores devem lidar eficazmente com várias diferenças e requisitos adicionais que possam surgir, incluindo a escassez de materiais didáticos, que podem dificultar o avanço do processo de ensino e aprendizagem.

Mesmo com a implementação de Políticas Públicas e os esforços dos Sistemas Educacionais, o entusiasmo em torno da inclusão de crianças com deficiência nas escolas permanece. O Ministério da Educação (MEC) oferece programas de formação contínua e orientação de técnicos especializados para apoiar os profissionais da educação. No entanto, os professores consideram que isto é insuficiente devido à natureza exigente e complexa da tarefa.

Para garantir um ensino de alta qualidade, é essencial defender a implementação de práticas de ensino inclusivas. Para conseguir isso, é categórico realizar pesquisas que destaquem os principais aspectos da inclusão. Esta pesquisa servirá então de base para programas de graduação e cursos de desenvolvimento profissional, dotando os educadores com o conhecimento necessário para criar ambientes de aprendizagem inclusivos.

Ao considerar o conceito de educação inclusiva, é importante examinar o impacto que a formação de professores de educação infantil tem tido na promoção da inclusividade. Ao envolvermo-nos ativamente na sala de aula e obtermos uma compreensão abrangente das suas perspectivas e desafios, podemos preparar melhor as futuras gerações de professores nesta área. O objetivo principal é obter uma visão profunda dos obstáculos enfrentados pelos professores de educação infantil que estão envolvidos na educação inclusiva, particularmente no que diz respeito à sua formação.

A educação inclusiva apresenta desafios significativos para os professores dos primeiros anos, conforme demonstrado por um estudo exploratório qualitativo que incorporou métodos de pesquisa bibliográfica e documental.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da formação do professor para melhoria da educação inclusiva no ensino infantil.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um movimento de domínio mundial sendo uma ação política, social, cultural e pedagógica. Para Sasaki (2010), a educação inclusiva é caracterizada como um processo sem reversão, concretizando os direitos dos sujeitos que possuem deficiências (Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação), instalando-se nos sistemas de ensino e que ocorre em várias instituições, as quais são munidas para oferecer um ensino de qualidade a todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais.

Ao trabalhar com a educação inclusiva é imprescindível realizar uma retomada histórica a respeito dessa temática, entendendo todas as construções histórico-sociais que parecem ter sido associadas às pessoas com deficiência com o passar do tempo (MIRANDA, 2019). Dessa maneira, ressalta-se que a deficiência, um ponto inerente a condição humana, sempre existiu, mesmo que de forma omissa, ignorada, excluída, julgada ou aceita.

Segundo as concepções de Corrent (2016), é notável como, em variadas épocas da sociedade humana, a questão da deficiência foi um ponto bem diversificado, sendo encarado de diversas formas que vão desde um processo de loucura até um castigo divino, assim, esses sujeitos, infelizmente, eram desconsiderados da sociedade geral, com algumas pequenas exceções de pessoas que sentiam empatia por esses sujeitos; gerando assim uma série de sentimentos que vão desde a rejeição até a aceitação.

Na antiguidade, a sociedade egípcia demonstrava afeto e preocupação com pessoas deficientes. Essa questão era tratada de forma mais branda, onde tais pessoas tinham oportunidades de trabalho, podendo ter uma vida relativamente equilibrada.

Gugel (2015, p. 02), aponta:

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanis-

mo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos.

Socialmente, os egípcios, mesmo sem um conhecimento amplo, científico e médico sobre deficiência, se mostraram uma sociedade tolerante e respeitosa. No entanto, a sociedade grega se mostrou de forma diferente, demonstrando um respeito para com o corpo saudável, assim, manter a boa forma através de exercícios físicos era uma questão importante.

Diante de um modelo que valorizava o corpo saudável, como também a mente, pois os gregos eram impecáveis em sua sabedoria, destacando-se em várias áreas, como as poéticas, teatrais, musicais, dentre outras, ou seja, “para os gregos, o corpo sadio deveria estar unido com a mente sadia, não se admitia a deficiência entre eles” (SCHMIDT, 2010, p.26).

De acordo com as ideias Corrent (2016), a concepção da sociedade grega apontava para uma dualidade de Corpo-Mente, onde era essencial ter uma mente equilibrada, ao mesmo tempo que um corpo sadio, respeitando os padrões da época, voltados para a constituição de um corpo pautado na resistência e na perfeição.

Assim, os gregos cultuavam o corpo como uma forma perfeita. Só eram aceitos na sociedade as pessoas com corpo e mente sadios. As pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, logo eram excluídas e não aceitas pelos padrões da época. Pesquisas realizadas por Gugel (2015, p. 04) afirmam:

Platão, no livro A República, e Aristóteles, no livro A Política, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia.

As pessoas nascidas disformes, como indica o autor Gugel (2015), eram descartadas e abandonadas, como um objeto, devido aos seus defeitos. A sociedade romana assimilava-se muito a grega, devido a sua postura discriminativa, preconceituosa e despreziva quanto à deficiência. Garcia (2011,

p. 02) afirma que, “na Roma Antiga, tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência”. A história da humanidade traz relatos de abandono, sacrifícios e mortes de bebês por nascerem com alguma deficiência.

Negreiros (2014), também retratou esse quadro de desvalorização do ser humano que possuía deficiência, através de seus estudos sobre a sociedade Romana, onde ela não reconhecia as crianças com deficiência, mas, ao invés de exterminá-las, eles abandonavam-nas próximos dos rios ou em locais dito sagrados, para que outras famílias pudesse cuidar deles.

Como em todos os tempos da humanidade, existiam pessoas boas dispostas a ajudar e resgatar as pessoas com deficiência. Outras infelizmente, morriam. Esse fato era algo natural, tendo em vista, que as pessoas agiam sem se preocupar com o que estavam fazendo de errado, ou com que as pessoas iriam pensar. Era uma prática comum. Muitos dos deficientes sobreviviam apenas por interesse comercial, servindo de distração em casas de prostituição para serem humilhados.

Na era pré-cristã, as pessoas com deficiência eram tidas como seres inúteis. Essa fase foi marcada pela negligência, onde as pessoas tidas como deficientes eram colocadas às margens da sociedade e não recebiam nenhum tipo de atendimento especial. As pessoas, não sabendo como lidar com esses “corpos” deficientes, acabavam por exterminá-los da convivência sócio familiar (ZAVAREZE, 2009).

Zavareze (2009) explica que, mesmo durante a época do feudalismo, ainda era muito comum que as crianças com deficiência fossem menosprezadas, devido a concepção cristã de que nelas residiam os pecados, assim, esses indivíduos eram queimados nas fogueiras pela inquisição.

A Igreja Católica, no período feudal, também incentivava os fiéis a sacrificarem nascidos com corpos estranhos. A cultura pregada na época era de pessoas deficientes serem fruto do pecado, ou o próprio pecado, e por isso deveriam ser queimados na fogueira. Na obra “Deficiência mental: da Superstição à Ciência”, Pessoti (1984, p. 12) ressalta que a concepção de deficiência “[...] variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação”.

A partir da doutrina cristã, visando a caridade e o amor ao próximo, a igreja, que antes quei-

mava, passou a combater a eliminação dos filhos com deficiência. Os deficientes passaram a ser um pouco mais aceitos, no entanto, o distanciamento social era mantido. “E foi a partir do século IV que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e indivíduos com deficiências” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p.135).

Por um longo período, pouco se fez pelas pessoas tidas como deficientes. Excluídas da sociedade e vistas pela maioria das pessoas como inválidas, imprestáveis e incapazes, muitos se distanciavam por medo. Assim, no decorrer dos anos, a deficiência foi vislumbrada e refletida de uma forma diferente.

Silva (2010), ressalta que, durante o período da Idade Média uma coisa interessante aconteceu, a questão do abandono de pessoas deficientes passou a ser condenado e elas começaram a ser colocadas em abrigos, contudo, ainda existia a ideia do castigo divino sobre essas pessoas, gerando um sentimento de preconceito para com os indivíduos, todavia, vislumbra-se o início do caminho para combater a discriminação.

Foi apenas na Idade Média que os primeiros relatos sobre o indivíduo com alguma deficiência ter alguma chance de sobrevivência, mesmo que abandonados em asilos ou abrigos. Entretanto, a deficiência continuava sendo vista como um castigo de Deus.

A partir do século XVIII, surgiram as primeiras instituições para serem depositadas as pessoas com deficiência. O intuito nesse período era de segregação e não de cuidado. (NETO SILVA et al, 2018). Embora a educação especial tenha sido datada a partir do século XVIII, pouco havia mudado em relação aos deficientes, sendo que continuavam excluídos perante a sociedade.

No Brasil também foram criadas instituições, no entanto as mesmas tinham condições precárias e não atendiam a demanda vigente. “A negligência com que eram tratadas as pessoas com deficiência se estendeu no Brasil até a década de 50 do século passado” (ZAVAREZE, 2009, p. 02). A sociedade mostrou-se além de negligente, pouco interessada em ofertar atendimento educacional a essa população.

Dando um salto para o final do século XIX e século XX, surgiram as escolas especiais. O

objetivo era fornecer um ensino diferenciado aos sujeitos com deficiências, e economicamente, pretendia-se reduzir gastos governamentais com asilos e manicômios, no intuito de evitar a segregação vigente. E “a custódia e o cuidado destas crianças ou até mesmo adultos deficientes passam a ser assumidos pela família e pela igreja” (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 4). Dessa forma, o deficiente passou a ser considerado como um ser humano, um ser possuidor de alma.

De acordo com Amaral (2001), via-se o surgimento de um modelo pedagógico alternativo, dividindo os sujeitos a partir de resultados baseados no QI (Quociente de Inteligência). As escolas especiais tinham diferentes etiologias: Pessoas com cegueira, surdez, com deficiência física, intelectual as quais possuíam suas próprias características próprias, consolidando um tipo de sistema alternativo comparado ao sistema regular de ensino. Nesse contexto, dentro da educação dois subsistemas que não se interligavam: educação especial e educação regular.

Um marco importante para essas mudanças se deu no pós-Segunda Guerra Mundial, diante dos sobreviventes e mutilados, que antes eram pessoas normais e retornaram com algum tipo de impedimento as suas atividades, sendo assim, surgiu uma maior preocupação com esses grupos sociais (TAHAN, 2012). A partir deste evento, as pessoas passaram a ter um olhar diferente para com os deficientes, pois, antes acreditava-se apenas nos que nasciam deficientes, e agora, via-se um cenário onde as pessoas, mesmo não nascendo com imperfeições, estavam em uma situação muito semelhante as que possuíam, apresentando dependências e impossibilidades.

Dentre as principais mudanças ocorridas ao longo da história da humanidade, Negreiros (2014) ressalta o reconhecimento da essencial humana, os avanços tecnológicos e científicos, e a quebra dos dogmas, reconhecendo as pessoas que faziam parte do grupo dos deficientes com a atenção específica fora dos abrigos.

A partir do ano de 1970, começaram as reivindicações. Os indivíduos acometidos por deficiências, que até esse momento estavam aprendendo em locais especializados, deveriam ser introduzidos na sociedade. Além disso, é importante mencionar que essa época foi calcada por modificações na educação especial, justamente pela união dos pais das crianças, os quais reivindicavam um espaço

nas escolas normais para as crianças. Nesse cenário, as vitórias advindas desse período contribuíram para com o encerramento da separação da educação especial das regulares, todavia, mesmo com esse ganho, ainda não se via um desenvolvimento aprofundado nessa área (NETO SILVA et al, 2018).

É no século XXI que as pessoas com deficiência são colocadas nas escolas regulares, época marcada pelo nascimento e popularização do conceito de “inclusão”. Essa noção vai se referir às pessoas com necessidades especiais e a sua inserção na escola normal (MIRANDA, 2019). Assim, longos 50 anos se passaram para que as pessoas tenham direito a escola regular, mas mesmo assim, a batalha contra o preconceito continua.

O direito constitucional à educação para todos no atual contexto das políticas públicas brasileiras é baseado em uma série de princípios fundamentais amparados pela Constituição Federal, Brasil (2016, p. 60), a saber:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Concretizados estes princípios, estará no caminho certo para alcançar a escola inclusiva. Diante do histórico e dos pensamentos que ficaram encrustados na sociedade, a batalha ainda é árdua. Para uma educação inclusiva é necessário a qualificação adequada dos profissionais, melhorias nas políticas públicas, bem como uma atenção maior na saúde. A conscientização da população em entender que pessoas portadoras de deficiência podem e devem ter uma vida normal, é um ponto de extrema importância, pois todos somos diferentes uns dos outros.

Nascimento (2013) ressalta que o processo inclusivo é um princípio essencial dos Direitos Humanos, objetivando o asseguramento das oportunidades sócio afetivas para os indivíduos, respei-

tando as diversidades e proporcionando uma plena inserção social.

Esse processo de inclusão na educação teve seu desenvolvimento disseminado no mundo inteiro, a luz das batalhas de pessoas com necessidade especiais diversas, por modificações das questões envolvendo preconceito e segregação, tão difundidas na história, sobre o tratamento dado a eles, além da busca de seus direitos.

Atualmente, a inserção de pessoas portadoras de deficiência nas escolas normais tem como objetivo principal a melhora do bem estar pessoal, além de, gerar um sentimento de pertencimento dentro do contexto das pessoas consideradas normais.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para abordar a qualidade do ensino e da formação das crianças com deficiência, é essencial dar prioridade à formação contínua de professores. Este treinamento desempenha um papel vital na produção de resultados tangíveis no processo de aprendizagem dos alunos. Portanto, há clara necessidade de implementação de um modelo transformador no processo de formação continuada de professores (JUNGES; KETZER; OLIVEIRA, 2018).

As noções antiquadas prevalecentes em torno dos indivíduos com deficiência persistem entre a maioria dos educadores e uma parcela significativa da sociedade. A crença de que as pessoas com deficiência estão doentes ou são incapazes de ter um desempenho do mesmo nível que os seus pares representa uma barreira significativa para alcançar a educação inclusiva. É imperativo adotar uma perspectiva enraizada na empatia e na compreensão, reconhecendo que o processo de aprendizagem e desenvolvimento é único e adaptado a cada indivíduo.

Segundo Bernardes (2019) até que um aluno que necessita de Inclusão Escolar seja efetivamente colocado em sua sala de aula, nenhum professor poderá estar verdadeiramente preparado para trabalhar com isso. É uma situação que exige experiência em primeira mão e conhecimento de encontros anteriores, algo com o qual ninguém está inerentemente equipado. É neste momento crucial que

se revela a verdadeira natureza do educador. Aqueles que não estiverem dispostos a acomodar o aluno alegarão convenientemente que não estão preparados, usando isso como desculpa para evitar abordar o problema prontamente e sem esforço.

Educar todos os alunos da sua escola é um esforço exigente e contínuo. Inicialmente, o professor cumprimenta seus alunos e posteriormente adquire os conhecimentos essenciais para agir. Um educador qualificado reconhece que sua formação é constante, incessante e adaptável, ocorrendo nas rotinas diárias das escolas, nas interações com colegas, no relacionamento com os alunos, nos encontros pessoais com a família e no envolvimento com a comunidade. Conseqüentemente, enfatiza-se mais uma vez a importância de receber uma formação integral para os educadores, capacitando-os para enfrentar os diversos desafios impostos pela sociedade (SILVA; MIGUEL, 2019).

Para cumprir efetivamente seu papel, os professores necessitam de políticas públicas, entre outros fatores. O objetivo dessa iniciativa foi dar início à implementação da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9.394/96), aprovada em 20 de dezembro de 1996. Essa lei trouxe mudanças significativas no sistema educacional, abrangendo uma completa reorganização da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino superior.

O Capítulo VI da LDB 9394/96 abordou o tema da formação de professores, destacando os princípios fundamentais da metodologia, as diversas modalidades de ensino e as instituições responsáveis pela oferta de programas de formação de professores, independentemente da sua abordagem. Com o passar do tempo, essa lei passou por revisões e atualmente, segundo Brasil (1996, p. 42), determina:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

A Lei exige formação adequada dos professores em todo o Ensino Básico, o que indica uma

educação de maior qualidade de ensino para os educandos. Na referida lei ainda consta no artigo 62:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, p.42).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) tomou uma decisão significativa em 19 de fevereiro de 2003, reafirmando que o ensino superior é a qualificação preferida para educadores da primeira infância e do ensino fundamental. Essa decisão garante que todo professor certificado, independentemente de ter concluído curso superior, terá segurança no emprego ao ministrar aulas de educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

A LDB 9394/96 contida em Brasil (1996, p. 40), também trata da educação especial, afirmando:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Para enfrentar eficazmente os atuais desafios e requisitos educativos, recomenda-se que os professores recebam formação abrangente e possuam a capacidade de intervir criteriosamente. Isto implica mobilizar os seus conhecimentos e aplicá-los com competência através da ação prática e da reflexão teórica.

Alcançar uma educação inclusiva verdadeiramente eficaz é uma tarefa fundamental e desafiadora, especialmente quando se trata da formação inicial de professores. O processo de formação de professores, seja no início da carreira ou no âmbito do desenvolvimento profissional contínuo, exige a construção de novas perspectivas e atitudes para responder às diversas necessidades educativas que surgem numa sala de aula regular (NASCIMENTO, 2013).

Para ensinar eficazmente os alunos nas fases fundamentais, é crucial que os professores passem por uma formação abrangente. Os educadores que possuem a formação necessária possuem uma infinidade de ferramentas para atender às diversas necessidades de seus alunos no contexto da sociedade moderna. Como resultado, é imperativo que as sessões de formação educacional sejam adaptadas às características dos alunos de hoje, com um exame cuidadoso das abordagens pedagógicas adequadas para promover a aquisição de conhecimentos que possam ser aplicados nas interações do aluno com a sociedade.

Os professores são chamados a assumir papéis mais proativos e a passar por uma formação integral e alinhada à dinâmica dos espaços educativos, que abrangem diversos ritmos de aprendizagem, interesses dos alunos, motivações, bem como diferenças sociais, biológicas, físicas, cognitivas e emocionais.

No âmbito da formação inicial de professores, é imprescindível a introspecção quanto à transformação dos paradigmas existentes. Neste quadro, os educadores devem adquirir um repertório de conhecimentos que facilite o crescimento pessoal, reconhecendo que estas mudanças podem ocorrer gradualmente à medida que necessitam de aplicação prática. Como tal, existe uma necessidade premente de reavaliar a estrutura e o conteúdo dos programas de formação.

O desenvolvimento profissional contínuo na formação de professores é essencial, pois permite aos educadores ampliar seus conhecimentos e atender eficazmente às diversas necessidades educacionais, indo além das limitações da formação inicial.

Segundo Cunha (2013), a importância da formação contínua não pode ser exagerada quando se trata de implementar os conhecimentos teóricos adquiridos durante a formação inicial. Com o tempo, esse conhecimento é reorganizado e refinado por meio de diversas formas e durações de formação, servindo, em última análise, como meio de desenvolvimento profissional dos educadores. Essa formação pode ser iniciada pelos próprios educadores ou facilitada por instituições educativas, incluindo universidades, que desempenham um papel crucial na condução deste processo de aprendizagem contínua.

A formação continuada é essencial para que os professores ampliem seus conhecimentos e atendam de forma eficaz às diversas necessidades educacionais, além da formação inicial. Embora a base para o ensino inclusivo seja lançada durante a formação inicial, esta só pode ser plenamente concretizada através da prática pedagógica contínua e de um maior desenvolvimento profissional. Isso envolve autorreflexão constante, pesquisa, compartilhamento de conhecimento e adaptação de métodos de ensino diários para garantir o crescimento e o sucesso ideais na sala de aula.

Portanto, é de suma importância que os educadores reconheçam a importância da sua formação inicial e contínua. Isto serve como um catalisador para os avanços modernos na educação inclusiva, facilitando mudanças na construção do conhecimento e na satisfação das necessidades dos alunos.

AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DA INCLUSÃO

Para que a educação inclusiva seja posta em prática, é essencial que os docentes sejam capacitados em um processo contínuo de aperfeiçoamento, através da formação continuada, visando a qualificação para com os alunos especiais que leve em consideração as particularidades de cada ser. A escola regular dividida em modalidades de ensino, deve assumir uma nova postura rompendo com as bases de uma estrutura educacional (MANTOAN, 2003).

Diante da proposta de inclusão, está implícito a todos que compõem a escola, devem passar por transformações e assim conseguir uma escola inclusiva, acessível a todos. É cada vez mais comum que a educação inclusiva, implique sobre os valores e princípios que vinham perdurando na sociedade, assim, “em decorrência disso, uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular” (MAGALHÃES et al., 2013, p. 1780)

A realidade de escolas inclusivas é proveniente de mudanças que ocorrem na sociedade, e no ambiente escolar. Para que tais mudanças sejam efetivas, os professores e todos que compõem a escola

devem estar abertos a novos conhecimentos e experiências, e assim poder transmitir aos alunos que, apesar das diferenças que podem existir, todos têm o direito a educação.

O conhecimento necessário para criar um ambiente inclusivo pode ser conseguido através da vivência, da formação acadêmica, ou por base da leitura. Entretanto, o professor deve estar aberto a este tipo de experiência, para que possa transmitir seus conhecimentos aos alunos de forma que todos possam atingir um bom desempenho no processo de aprendizagem. A inclusão de alunos com deficiência vai além de falar de políticas públicas e direitos humanos, o indivíduo tem que se sentir acolhido no todo.

O professor é a pessoa que está em contato diário e direto com os alunos, por isso ele desempenha um papel primordial na educação inclusiva. Para Melo; Lira; Facion (2008, p. 65), o ensino:

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discursões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola queremos construir e que indivíduos pretendemos formar.

Os autores entendem que, para que haja de fato uma inclusão nas escolas, professores e colaboradores devem passar por uma capacitação, objetivando o entendimento de que cada criança apresenta suas particularidades, aprendendo a conviver, respeitar e oferecer uma qualidade de ensino a todos. Concordando com os autores citados

A inclusão de crianças com quaisquer necessidades especiais, em sala de aula, deve acontecer como um processo natural e espontâneo. Os professores e toda a comunidade escolar devem ter um suporte pedagógico consistente para incluir o aluno no contexto educacional, de forma que todos os envolvidos consigam assimilar o conhecimento, visando a superação de dificuldades e uma educação igual para todos (LOPES, 2011).

Os professores devem estar atentos ainda a permanência dos alunos, contribuindo assim na tentativa de conseguirem evitar a evasão escolar, e para isso, devem criar meios para que os alunos se

mantenham na escola, sem nenhum prejuízo a aprendizagem. O professor deve estar sempre atento a tudo que acontece na sala de aula, para que possa ofertar um ambiente agradável e propício a educação e ao respeito ao próximo.

Magalhães et al. (2013) diz que, as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, sua atenção a que tipo de público eles atendem e a flexibilidade em suas ações irão refletir num ensino de qualidade, onde o processo de ensino aprendizagem será alcançado por todos os alunos.

Os alunos, a escola, e, em especial o docente, em suas fontes inesgotáveis de experiência e de inspiração, manifestam suas construções acerca do que sabem sobre determinados assuntos, suscitando a curiosidade sobre novos aspectos. Nesse sentido, as práticas inclusivas sugerem a promoção de atividades interativas entre os discentes, os conteúdos, a escola interior, a comunidade e a proposta escolar.

O processo de transmissão de informação é bastante complexo e apresenta o professor como um agente ativo, sendo o principal responsável pelo sucesso ou insucesso dos seus alunos. Assim, os docentes devem se envolver com toda comunidade escolar e família dos alunos para ter subsídios adequados para transmitir o conhecimento às crianças com deficiência.

Brito; Teixeira (2020, p. 726), entendem:

O professor bem preparado, saberá lidar com as mais diversas situações sem sair de seu foco de mediador do conhecimento. A escola como o todo tem essa necessidade de aprender lidar com o processo de inclusão cujo todos terão o convívio com esse público por isso seria interessante além da formação especializada com o professor da sala, os diretores escolares oferecerem na própria escola pequenas formações com seus funcionários, para que toda a escola possa acolher melhor esse público.

O sucesso na educação inclusa depende não só dos professores e do seu preparo, mas também, a escola como um todo deve estar de portas abertas, com espaço físico adequado e todos os funcionários preparados para receberem bem todos os alunos.

O círculo social inicial do qual uma criança se torna membro, para além dos limites da sua

família, é tipicamente a educação infantil. Dentro deste cenário, a criança coexiste com outros indivíduos, encontrando e participando de novos encontros. Quando as crianças com deficiência se matriculam em instituições educativas regulares, coabitam e interagem com um conjunto diversificado de indivíduos, tornando-se conscientes do facto de que cada um possui atributos únicos.

O professor desempenha um papel imprescindível na criação de um ambiente escolar inclusivo, através da implementação de estratégias pedagógicas adaptadas às circunstâncias únicas dos alunos. Para promover a inclusão escolar, é essencial que os professores se envolvam ativamente no seu próprio crescimento profissional, independentemente do seu nível de dedicação.

Para garantir o desenvolvimento holístico dos estudantes, é imperativo que as políticas públicas se alinhem às suas necessidades e realidades (MAGALHÃES et al, 2013). Além de enfrentar os desafios da sala de aula, os professores devem buscar ativamente a autoconsciência por meio de treinamento e leitura contínuos. Ao incorporarem estes conhecimentos recém-adquiridos nas suas práticas de ensino, serão capazes de alcançar sucesso na educação inclusiva na primeira infância.

Respeitar as capacidades tanto dos professores regulares como dos professores de inclusão é relevante, pois não só melhora o seu desempenho, mas também permite exercícios personalizados que vão ao encontro das exigências dos alunos, desempenhando, em última análise, um papel fundamental na determinação do seu sucesso ou fracasso.

A fim de promover um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, o professor mediador desempenha um papel categórico na promoção do ensino igualitário. É importante reconhecer que quando falamos de inclusão, abrange não apenas os indivíduos com deficiência, mas também toda a comunidade escolar, onde a celebração da diversidade contribui para a formação de cidadãos integrais para a sociedade.

O papel do professor deve ser considerado em termos de transmissão de conteúdo, ao mesmo tempo que se adapta às diferenças individuais e leva em conta o ritmo de aprendizagem, a formação e as características pessoais únicas de cada aluno.

Como sugere Mantoan (2006), é essencial que os professores criem um ambiente educacio-

nal que promova oportunidades iguais para indivíduos normais e deficientes, sem qualquer forma de preconceito ou discriminação. Para atender às habilidades únicas de cada aluno, os educadores devem aprimorar suas próprias habilidades e adaptar seus métodos de ensino de acordo. Esta abordagem inclusiva garante que todos os indivíduos, independentemente das deficiências, tenham oportunidades iguais de aprendizagem. Uma vez superado este obstáculo inicial, torna-se crucial que os professores criem ambientes propícios que facilitem experiências de aprendizagem de alta qualidade para os seus alunos.

Para que os educadores possam navegar eficazmente pelos desafios e ajustes que acompanham a dinâmica de grupo, é crucial que reservem tempo para a introspecção e avaliem as suas próprias atitudes. Esta autorreflexão permite o compartilhamento aberto de pensamentos e emoções em relação a qualquer conceito. É importante observar que cada instituição de ensino possui seu próprio conjunto de diretrizes no que diz respeito ao envolvimento pessoal.

Portanto, é imperativo que os educadores não abandonem os alunos com deficiência aos caprichos da sociedade. Eles entendem que os indivíduos aprendem melhor através da interação social, mesmo que o processo de aprendizagem possa ser mais demorado. É decisivo sublinhar que a formação de professores é o passo inicial e essencial, não só para promover a inclusão, mas também para dotar os professores de conhecimentos e competências para prestar apoio a estas crianças. Este apoio permite-lhes prosperar verdadeiramente num ambiente livre de preconceitos e garante que as suas limitações e ritmo de aprendizagem sejam reconhecidos e respeitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontado várias vezes no decorrer do trabalho, o professor é a principal forma por onde ocorre o processo de inclusão, ou seja, não basta apenas a escola estar adaptada às todas as necessidades especiais dos alunos, se durante o convívio entre com os outros alunos, os portadores de deficiência continuam se sentindo excluídos.

A entrada e permanência de crianças com necessidades especiais em escolas inclusivas é um desafio para as professoras, que não possuem uma formação adequada. No entanto, as mesmas se mostram interessadas em superar esses desafios, buscando com os recursos que possuem, proporcionar aos alunos um ensino de qualidade.

Nesse sentido, uma batalha é iniciada a cada dia nas escolas para que os alunos portadores de alguma deficiência se sintam incluídos no mundo escolar, superando a exclusão. Para tanto é necessário também que os espaços físicos da escola estejam preparados para receber estes alunos, e de forma coletiva, construir uma educação inclusiva humanizada e democrática.

As escolas necessitam, urgentemente, passar por uma reforma estrutural, curricular, com uma nova postura dos educadores e colaboradores envolvidos, seus métodos e práticas pedagógicas voltadas ao ensino inclusivo precisam ser discutidos na Educação Infantil.

Diante dos dados apresentados, se faz essencial refletir sobre a necessidade de se adequar o ensino regular para com o cenário da inclusão, tendo em vista o longo caminho percorrido por quem lutou em nome da operacionalização desse processo. Dessa maneira, os dados da pesquisa apontaram que ainda existe uma discrepância muito acentuada na questão do ensino com esse público, uma vez que ainda faltam incentivos, principalmente, para os profissionais atuantes nesse contexto, afetando assim a qualidade do ensino ofertado, e além disso, dificultando a tão sonhada inclusão.

Dessa maneira, os dados da pesquisa apontaram que ainda existe uma discrepância muito acentuada na questão do ensino com esse público, uma vez que ainda faltam incentivos, principalmente, para os profissionais atuantes nesse contexto, afetando assim a qualidade do ensino ofertado, e além disso, dificultando a tão sonhada inclusão.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. Pensar a Diferença/Deficiência. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, p. 01, 2001.

BERNARDES, A.H.S. A inclusão educacional. Revista Educar FCE: São Paulo, p. 361, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso: 27 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: Senado Federal, p. 40. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 27 dez. 2023.

BRITO, J.S.; TEIXEIRA, V.R.L. Educação Inclusiva e o Papel do Professor. Id on Line Rev. Mult. Psic., v. 14, p. 726, 2020.

CORRENT, N. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 89, p. 1, 2016.

CUNHA, M.I. O tema da formação de professores: trajetórias e tendências do campo na pesquisa e na ação. Educ. Pesqui: São Paulo, n. 3, p. 611, 2013.

FERNANDES, L.B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.135, 2011.

GLAT, R; NOGUEIRA. Políticas Educacionais e a formação de professores para Educação Inclusiva no Brasil. Revista Integração: Brasília, v.24, p.26, 2002.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), p.04. 2015. Disponível em: http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso: 27 dez. 2023.

JUNGES, F.C.; KETZER, C.M.; OLIVEIRA, V.M.A. Formação continuada de professores saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. Educação & Formação, p. 88. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7146564>. Acesso: 27 dez. 2023.

LOPEZ, J. C. A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas. 2011. 44 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia, Brasília, p. 25. 2011. [Orientadora: Prof. Dra. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino]. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3523/1/2011_%20JulianaCrespoLopes.pdf. Acesso: 27 dez. 2023.

MAGALHÃES, A.; ZACARIAS, J.C.; MEDEIROS, K.N.; NOGUEIRA, R.K.S. O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo. EDUCERE, Curitiba, p. 19783, 2013.

MANTOAN, M. T. Inclusão escolar de deficientes mentais: que formação para professores? Em M. T. Mantoan (Org.), A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema (pp. 119-127). São Paulo: Memnon, p. 120. 1997.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: O que é? Por quê fazer? Como Fazer? São Paulo: Moderna, p. 18. 2003.

MELO, S. C. de.; LIRA, S. M. de.; FACION, J. R.; Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R (Org.). Inclusão escolar e suas implicações. Curitiba: Ibipex, 2008.

MIRANDA, F.D. Aspectos históricos da educação inclusiva no brasil Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva, Manaus, v. 2, p.3, 2019.

NASCIMENTO, L.M.N. FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios e perspectivas. 2013. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, p. 9. 2013. [Prof. Dr. Jorge Fernando Hermida]. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/3681>. Acesso: 27 dez. 2023..

NEGREIROS, D.A. Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, p.15, 2014.

NETO SILVA, A.O.; ÁVILA, E.G.; SALES, T.R.R.; AMORIM, S.S.; NUNES, A.K.; SANTOS, V.M. Educação inclusiva: uma escola para todos. Santa Maria: Revista Educação Especial, v. 31, p. 84, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso: 27 dez. 2023.

PESSOTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, p. 12, 1984.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 2010.

SCHMIDT, M. Nova História Crítica. São Paulo: Nova Geração, p.26. 2011.

SILVA, A.M. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Ibpx, p.40-41, 2010.

SILVA, Deziane Costa da; MIGUEL, Joelson Rodrigues. Práticas Pedagógicas Inclusivas no Âmbito Escolar. Id on Line Rev. Mult. Psic. V.14, N. 51 p. 880-894, Julho/2020 - ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2639/4099>. Acesso em: 27 dez. 2023.

TAHAN, A. P. F. A universalidade dos direitos humanos. In: Estudos e debates em Direitos Humanos. São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, p.21, 2012.

ZAVAREZE, T.E. A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão. Revista Psicologia Eletrônica, p. 1-2, 2009.